

ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016 – SESSÃO PARA JULGAMENTO DO PROCESSO DE CASSAÇÃO CONDUZIDA PELA COMISSÃO PROCESSANTE 01/2015 – MANDATO ELETIVO DO PREFEITO MUNICIPAL

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de Sessões da Câmara Municipal da Estância Climática de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo realizou-se a 6ª Sessão Extraordinária do corrente ano legislativo. Presentes os Vereadores: Paulo Cândido Ribeiro (Presidente), Jizelda Rangel Alves dos Santos (Vice-Presidente), Mateus José da Silva (Segundo Secretário), Juceneia Aparecida Pereira Fernandes, Altino de Paula Salgado, Miguel Aparecido dos Santos, Jair Matias de Oliveira, Ricardo Martins de Azevedo e José Donati Nunes. Às treze horas e trinta minutos o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro cumprimentou todos os presentes e dando início aos trabalhos, souou a campainha e proferiu: “Pela intercessão de São Bento e sob a proteção de Deus, declaro aberta a 6ª Sessão Extraordinária do ano de 2016 - Sessão para julgamento do Processo de Cassação conduzida pela Comissão Processante 01/2015”. Dando início aos trabalhos o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro destacou que, tendo em vista que o Vereador Fábio Luiz dos Santos Silva estava impedido de participar dos trabalhos, iria substituí-lo o senhor Segundo Secretário Vereador Mateus José da Silva, nos termos do Parágrafo Único do artigo 44 do Regimento Interno. Convidou o Vereador José Donati Nunes para tomar assento à Mesa Diretora como Segundo Secretário Ad Hoc por analogia aos artigos 28 e 30 do Regimento Interno, uma vez que o Segundo Secretário substituiria o Primeiro Secretário em virtude do impedimento daquele. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro pediu ao Vereador Mateus José da Silva, Primeiro Secretário Interino, para proceder a chamada nominal dos vereadores em conformidade com os ditames regimentais. Em seguida o Vereador Mateus José da Silva, Primeiro Secretário Interino, procedeu a chamada em ordem alfabética e estes responderam “presente”. Na sequência o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro pediu ao Primeiro Secretário Interino para que fizesse a leitura do pedido de autoria do senhor Prefeito Municipal, feito através de seu competente Procurador protocolado nesta Casa no dia 17 de outubro de 2016 sob o nº 306, no qual o Denunciado requer a Conversão do Julgamento em Diligência. Após ser feita a leitura o senhor Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou em votação o pedido de autoria do senhor Prefeito Municipal de Conversão do Julgamento em Diligência, feito através de seu competente Procurador, protocolado nesta Casa no dia 17 de outubro de 2016 sob o nº 306 e procedeu o processo de votação nominal em conformidade com os artigos 289 e seguintes do Regimento Interno, bem como em conformidade com o artigo 5º, inciso VI do Decreto-Lei 201/1967, assim convidou os vereadores a responderem “sim” se favoráveis à Conversão do Julgamento em Diligência, feito através de seu competente Procurador, protocolado nesta Casa no dia 17 de outubro de 2016 sob o nº 306 e “não” se contrários. Pediu ao Primeiro Secretário Interino que procedesse a chamada dos vereadores tomando nota de suas respectivas respostas. O Vereador Altino de Paula Salgado pediu questão de ordem, e disse que chegou após a chamada, devido ao seu atraso e pediu para que ficasse registrada sua presença na Sessão de Câmara e o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro pediu ao Vereador José Donati Nunes,

Segundo Secretário Ad Hoc, que levasse o Livro de Presença ao referido vereador para que constasse a presença do mesmo. Na sequência ocorreu a votação nominal procedida pelo Vereador Mateus José da Silva, Primeiro Secretário Interino, que apregou os Vereadores em ordem alfabética. Ao final o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro apurou a reprovação do referido pedido do senhor Prefeito Municipal, de Conversão do Julgamento em Diligência, por seis (6) votos “não”: Vereador Jair Matias de Oliveira, Vereadora Jizelda Rangel Alves dos Santos, Vereador José Donati Nunes, Vereadora Juceneia Aparecida Pereira Fernandes, Vereador Mateus José da Silva e Vereador Ricardo Martins de Azevedo; e três (3) votos “sim”: Vereador Altino de Paula Salgado, Vereador Miguel Aparecido dos Santos e Vereador Paulo Cândido Ribeiro. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro disse que, tendo em vista que o pedido foi reprovado pelo Plenário, convidou o senhor Prefeito Municipal, Ildefonso Mendes Neto a tomar o assento mesmo estando desacompanhado pelo advogado e nomeou advogado Ad Hoc a Dra. Vera Simonia da Silva Morais, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 266424, para acompanhar a sessão e rezar a defesa técnica do denunciado. Na sequência o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro pediu ao Primeiro Secretário Interino para que fizesse a leitura das principais peças processuais, essenciais à formação do entendimento sobre o caso, constantes dos autos do Processo de Cassação conduzido pela Comissão Processante 01/2015, podendo contar com a colaboração da Assessoria desta Casa em virtude do elevado volume documental, a saber: 1 – denúncia constante de folha 01 a folha 08; 2 – defesa prévia do denunciado constante de folha 110 a 118; 3 – razões finais do denunciado constante de folha 513 a 520; 4 – parecer final da comissão processante 01/2015 constante de folha 521 a 550. Ressaltou que antes de proceder a leitura das peças arroladas, em obediência ao artigo 5º, inciso V do Decreto-Lei 201/1967, abriu aos vereadores e ao denunciado a oportunidade de requerer a leitura de outras peças que não tenham sido arroladas e que entendessem necessárias. Não havendo quem se manifestasse prosseguiu o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro submetendo à deliberação do plenário a autorização para que os leitores pudessem fazer as respectivas leituras sentados, excepcionando a regra do artigo 186, III do Regimento Interno, o que foi aprovado por unanimidade. Após as leituras o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro salientou que em obediência ao artigo 5º, inciso V do Decreto-Lei 201/1967 abria aos vereadores e ao denunciado a oportunidade de requerer a leitura de outras peças que não tivessem sido arroladas e que entendessem serem necessárias. Como ninguém se manifestou o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro prosseguiu dizendo que em obediência aos parâmetros fixados pelo Decreto-Lei 201/1967 em seu artigo 5º, inciso V, abria a palavra aos vereadores que desejassem se manifestar verbalmente, tendo cada orador o interím de quinze minutos para fazer suas colocações. Foi concedida a palavra ao Vereador José Donati Nunes que após cumprimentar todos os presentes e a Rádio Câmara disse que esse momento o remetia a 1982 com muita tristeza porque no decorrer de sua vida pública conseguiu ver fatos que o engrandeceu, mas também viu fatos que o deixou bastante triste e em especial ao fato de hoje por quem teve o maior respeito durante sua vida pública, aquele sabia disso, mas que o tempo deteriorava a cabeça das pessoas e os acontecimentos aconteciam às vezes sem ter uma justificativa, por seu lado devia ter passado também por esse momento, mas era bastante penoso ter convivido com uma pessoa da estirpe de Ildefonso e ter sofrido, não sua pessoa, estava firme e forte como

em 1982, mas sofrer o que era de interesse da população, não sua, sempre viveu com o seu pouco, com seu jeito de ser, com o respeito da população e o respeito a todos, e no dia de hoje trazia um fato que o remetia a esse dia, anteriormente disse que isso o remetia a 1982 e agora iria fazer algum tipo de leitura e faria algum esclarecimento, o remetia agora. Disse que alguém aqui achava que esse momento era um momento que se podia dizer na gíria “tiro de letra”, que não se emocionava, que não sofria, não, era um ser humano igual a todos eles e para chegar nesse dia foi difícil confessava que foi difícil chegar a esse dia, fazer com coerência, fazer com objetividade, fazer com olho no olho era muito difícil para um homem, mas ele enfrentou todo esse tempo e não teve dificuldade. Salientou que teve intempéries, teve pessoas que não o entendeu e houve pessoas que não conseguiram entender, mas isso o tempo cuidou, para a votação de hoje estava mais do que convicto de sua votação e separou um trecho de um requerimento de número 31 de 2016 em que solicitava do prefeito então Ronaldo por que o direito que o trabalhador tinha ser retirado através de um decreto, e nessa o prefeito Ildefonso também embarcou respondendo que todos os artigos, leis de todos que havia no mundo fariam com que não pudesse pagar esses funcionários, esse talvez fosse o seu sofrimento em ver Ildefonso Mendes Neto embarcar num decreto desses, decreto 29, a Lei 1478 de 11 de março de 2011 e o decreto recentemente editado pelo então Prefeito Ronaldo. Ressaltou que o fazia remeter a esse tempo e ver que ele foi candidato recentemente com uma pessoa que tão pouco conhecia e de que forma foi feito e para quem não sabia o candidato a vice-prefeito desse menino chamava Alencar, mas não quis sair candidato por questões particulares e ele também não queria mais porque sua vida pública já estava no fim, estava aí Dr. Gilberto, vivo e são no momento, e que passaram-se dias, três, quatro, cinco dias e aquele veio um dia lá do bumba com o carro e parou logo depois dele e então lhe perguntou se queria um velho para ser candidato, o filho não quis mas o velho tinha coragem e aquele até brincou achando que não era verdade e então que respondeu que era verdade sim e assim surgiu a candidatura deles, portanto não declararia o seu voto porque seria desleal aos companheiros, mas apenas citando esse fato. Disse que remeter ao Ronaldo seria ter convicção que esse município tivesse ou estivesse em boas mãos, remeter ao Ildefonso seria talvez trair os seus princípios, mas na hora da votação veriam qual seria a sua atitude. Se dirigindo ao Senhor Ildefonso disse-lhe que continuava respeitando-o como homem público e como pessoa e a desavença deles foi no mero campo político, pois nunca lhe deu razão para ter ódio ou alguma coisa particularmente por aquele, os filhos daquele por quem esses dias respondeu que resolveria isso porque eram pessoas adultas, estava aí o Beto não teria motivo para ser, moravam em cidade pequena e podiam conviver plenamente não sabendo ou comungando cada um com os mesmos ideais, mas sim respeitando as diferenças, era uma coisa que ficou bastante patente para ele quando na semana especial no ceprocom recebeu um folheto e chamava “aceitar as diferenças” e discorria e no final terminava com uma frase de Santo Agostinho “na essência somos iguais, na diferença respeitamos”, então no dia que conseguissem fazer isso não só no nosso município, mas em todos os lugares em que passassem talvez pudessem ter mais convivência pacífica, pudessem ser mais humanos e pudessem ser pessoa do bem, essas eram as suas palavras e agradeceu pelo direito de poder falar. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou em discussão sendo concedida a palavra ao Vereador Altino de Paula Salgado que após cumprimentar todos os

presentes disse que vinha aqui mais uma vez e nesse dia estava diante de outra situação difícil que vinha passando na Câmara Municipal por poucas coisas e acabava se tornando grande, talvez pudesse estar tratando de assuntos melhores para cidade, mas infelizmente o caso hoje era esse e tinha que dar um fim nessa situação porque vinha se arrastando há mais de ano e se Deus quisesse a Câmara tinha que pensar positivo, pensar na cidade. Disse que desde a primeira vez votou contra sobre essa denúncia, único voto, pela seguinte situação: o não repasse do duodécimo da Câmara Municipal previsto na lei os vereadores tinham conhecimento muito bem da prefeitura, da situação que vinha passando hoje era de conhecimento de todos, então tinha que ter bom senso os que estavam acompanhando a administração, faziam parte dessa administração, não era possível que um negócio desse viesse à tona na forma que veio por não repassar o duodécimo da Câmara, mas sim foi pago parceladamente, mas foi correto e pagou e também ficou claro que não ficou prejudicada a Câmara no seu funcionamento, no seu dia a dia conseguiu dar conta do recado, tinha orçamento para poder trabalhar e tinha que ter esse bom senso, essa flexibilidade de ver o problema e aquilo que realmente prejudicou tinha que realmente analisar, mas não foi isso que aconteceu, e estava aí acompanhando e vendo a dificuldade da prefeitura não só aqui como em várias outras cidades e não cabia a eles falar de outras partes, o que cabia era daqui, mas acompanhava e os vereadores viam isso porque acompanhava o orçamento e sabia como estava. Disse que a segunda era a ausência, a demora na resposta de requerimento. Salientou que tinha sessão de Câmara que às vezes aprovava oito, dez requerimentos e o prefeito tinha que tirar um dia para responder cada requerimento porque tinha requerimento que não dependia só do prefeito, às vezes dependendo do requerimento tinha que pedir a informação a uma secretaria e isso levava tempo, passava para uma secretaria e tinha que responder de acordo com aquilo que estava pedindo informação, às vezes tinha que levantar documento e não era tão simples assim. Salientou que assim fosse aqui na Câmara quanta coisa vinha aqui e não conseguia votar, tocar para frente porque faltava documento precisava levantar e se tivesse esse prazo muitos projetos aí que não andavam porque faltava documento, então pedir documento levava tempo e não era bem assim, mas aqui não tinha esse prazo, se tivesse esse prazo talvez também estivessem sendo penalizados por isso. Ressaltou que requerimentos muitas vezes não era fácil responder e tinha que passar em várias secretarias para chegar uma resposta adequada para a câmara municipal, então isso para ele também foi motivo porque votou contra. Disse que sobre o modo incompatível com o decoro do cargo tinha aí hoje decoro de vereador parlamentar que estava arquivado, simplesmente analisado o decoro e foi para arquivo, então achava que essas coisas tinham que rever se era decoro para um também era decoro para outro, então em sua opinião esperava que os vereadores tivessem bom senso dessa situação toda que estava acontecendo quem perdia com tudo isso era a população sambentista, sem dúvida nenhuma. Enfatizou que já vinha se arrastando esse processo há longos anos, um ano se arrastando e quem perdia era a cidade e ficava muito chateado com isso por esses dois motivos porque o terceiro para ele já tinha um decoro arquivado e por esses outros dois motivos de denúncia para ele foi muito fraco. Questionou porque cassar uma pessoa que lutou tanto para a cidade, perguntou se deixou de fazer alguma coisa e disse que deixou, mas eles também estavam acompanhando a administração e se tinha coisa boa estavam juntos e se tivesse coisa ruim também estavam juntos, se tinha coisa que não fez e questionou se

também eles não tinham culpa. Perguntou se também eles estavam participando da administração. Enfatizou que não estava aqui só para falar o bem, mas estava fazendo parte da administração se estava bom, se fez coisa boa eram culpados, se tinha coisa ruim também eram culpados e questionou o que estavam fazendo aqui. Ressaltou que faziam parte para poder administrar essa cidade e esperava dos nobres vereadores bom senso de todos para que a cidade saísse ganhando e não perdendo, agradeceu. Seguiu uma salva de palmas. O Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou em discussão, sendo concedida a palavra ao Vereador Mateus José da Silva que após cumprimentar todos os presentes disse que realmente era um dia triste para eles julgadores e para a cidade. Salientou que quando se candidatava a algum cargo público não esperava passar pelo o que estava passando hoje, quando se candidatava e coincidia com a vitória, com o apoio de muitas ou poucas pessoas aquele momento era de alegria, mas alegria em determinado momento da vida acabava em apreensão e às vezes até momento de tristeza, principalmente que tinha família e voltava pelo lado do bem do município e para o bem da sociedade. Disse que realmente a atitude dos vereadores nesse dia ficaria marcada para a história de São Bento do Sapucaí, muitos os agradeceriam e muitos os odiariam talvez o resto da vida deles, era o preço que pagavam para ser homem público. Ressaltou que para ser homem público não era somente receber seu salário no final do mês como vereador ou como prefeito ou como vice-prefeito ou como secretário, pagava um preço alto por ser aquilo que eram e graças ao apoio de muita gente, então realmente ficava triste por esse dia estar acontecendo. Enfatizou que não era fácil ser julgador, se para um juiz, para um Ministro do Supremo Tribunal Federal, o STF, acreditava que não era fácil o que diria a eles vereadores que eram homens comuns e estavam talvez alicerçados de leis e de bons advogados ao lado deles, graças a Deus, mas o coração e a alma talvez silenciassem num momento desses, e gostaria que pela atitude que tomaria dali a pouco que o respeitasse e achava que julgar não era fácil e ser julgado também não era fácil, então infelizmente ou felizmente ficariam marcados pelo resto de suas vidas e assim que Deus os protegessem e que a vida continuava e que todos tivessem paz principalmente em seus corações. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou em discussão sendo concedida a palavra à Vereadora Juceneia Aparecida Pereira Fernandes que após cumprimentar todos os presentes disse que o vereador Altino tocou numa parte em que ficou analisando. Ressaltou que o vereador tinha razão pelo seguinte como disse que nesta Casa foi arquivado e tal e nesta Casa também quando teve a primeira cassação do prefeito logo em seguida o Vereador Altino também foi para ser advertido e votaram a favor e pegou essa Tribuna e falou que não era certo e questionou por que para uns tinha a justiça e para outros não tinha e que ficou questionando isso e esse foi um dos motivos porque não se candidatou novamente porque se entristeceu e que pensou que na política era assim que acontecia para uns tinha justiça e para outros não tinha e que isso não era certo, mas o certo era andar como dizia a lei. Salientou que a Lei Orgânica do Município dizia assim, assim e assado e se a lei dizia que os vereadores eleitos pelo povo eram obrigados a entrar na lei não adiantava vir aqui e falar que se alguém fez errado, mas era seu primo, era pai, era mãe, era fulano, era sicrano, então estava agindo errado porque se a lei dizia uma coisa questionou como votaria contra a lei. Salientou que quando entrou nesta Casa de Lei, aqui era a Casa de Lei, primeiramente estava entrando dentro da Lei Orgânica do Município e perante Deus porque no dia primeiro

de janeiro quando tomaram posse ergueram o braço direito e disseram “prometo cumprir a lei orgânica do meu município, eu prometo”, então se você promete tinha que ser homem ou mulher para honrar o que falou no dia primeiro porque se tentar livrar um dos vereadores, livrar o fulano, livrar os ciclanos era fácil porque o voto era político, mas não se pensava no amanhã e uma coisa falava para eles o amanhã era só Deus que fazia a justiça, o homem fazia uma justiça superficial, mas Deus fazia a justiça certa e que olhassem o que estava acontecendo no país chegava uma hora que Deus dava um basta e chega de corrupção, chega de diz que me diz, chega de troca de favores, chega de tudo e queria dizer nesta tarde que primeiramente a lei orgânica porque se teve a lei foi permissão de Deus, e em segundo lugar deviam cada dia mais a entrar na lei porque a lei foi Deus que permitiu neste mundo e se teve vereadores e o prefeito eleito foi Deus que constituiu porque Deus constituía todas as autoridades e quando a autoridade não andava certo como Deus queria Deus tirava até mesmo nas mínimas coisas, então que primeiro temessem a Deus para fazer um mandato com sabedoria e futuramente nunca cair na mão do Todo Poderoso, era o que tinha a dizer. Na sequência o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou em discussão sendo concedida a palavra ao Vereador Jair Matias de Oliveira que após cumprimentar todos os presentes e esse público maravilhoso que tinha que estar sempre aqui presente para ouvi-los falar coisas boas e às vezes essas coisas ruins. Disse que ele analisou o problema a situação que estava indo e votou há seis meses pela cassação do prefeito, mas ainda falou que não merecia ter cassado e hoje pensava diferente porque um homem público era eleito pela população e a população tinha que ser respeitada por isso, problema todo mundo tinha. Perguntou quem era humano e não errava. Salientou que achava que isso era bíblico desde o começo do mundo Jesus falou na palavra que aquele que não tivesse pecado atirasse a primeira pedra e questionou se alguém atirou, então achava que chegou um tempo que tinha que parar de ficar jogando uma coisa um na cara do outro toda hora porque atrás de tudo isso tinha o povo que confiaram neles, confiavam ainda, então isso era uma coisa que tinha que tocar no coração de cada um e não era julgando, maltratando e ofendendo que iria a algum lugar. Ressaltou que às vezes deixava de fazer alguma coisa para as pessoas, mas fazer o quê, pedia perdão depois, então queria que os colegas vereadores analisassem bem esses dois meses que tinham de vida pública para terminar o ano. Salientou para que o prefeito ficasse, fechasse a conta, deixasse para o próximo prefeito vir no ano que vem e fazer o que devia fazer junto com eles, com aqueles que passaram por esta Casa de novo. Frisou que estava dando para eles verem que lado votaria, então não sabia se falou alguma coisa do prefeito que ficou magoado e pediu desculpa, era bonito o ser humano pedir desculpa para as pessoas até com o Rogério e o Beto teve desavença, então que pusessem uma pedra em cima disso e trabalhassem para a população e não que fosse melhor que ninguém, não o era, melhor que eles era Deus, ele era ser humano como todos, então o prefeito e eles já deviam ter uma noção e os colegas vereadores o desculpassem pela sua atitude, mas o seu voto e falaria a verdade, o seu voto nesta Casa dali a 10 ou 15 minutos era o não e podiam ter certeza disso porque não queria trabalhar numa cidade mais quatro anos com briga, com violência e não nasceu para isso, nasceu para atender a população com amor e carinho, portanto foi eleito de novo nesta Casa com mais quatro anos de trabalho e seu voto era o não nesta tarde de terça-feira, dia 18. Agradeceu. Seguiu uma salva de palmas. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro pediu

à Vereadora Jizelda Rangel Alves dos Santos para ocupar o seu assento para que ele pudesse fazer uso da palavra. O Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro cumprimentou todos os presentes e disse que queria dizer ao prefeito Ildefonso que tanto doeu no coração daquele como no dele e foi difícil para aquele como para ele, não foi fácil e rezou e pediu orações para chegar aonde chegaram e conversou com várias pessoas e queria até renunciar o mandato pelos acontecidos, mas Deus era grande e perdoou o Rogério, perdoou as palavras do prefeito do passado e pediu perdão também pelas palavras, pela incompreensão e pedia desculpa aos familiares e queria dizer que de sua consciência não podia aceitar essa mudança que faltavam setenta dias que criaria um transtorno para o município e se cassassem o prefeito entraria o outro e mudaria no banco as contas, também na Caixa Econômica Federal, também o Tribunal de Contas do Estado e isso criava uma demanda e falava isso porque aconteceu no passado e teve que pagar funcionários quando o Ronaldo assumiu e os funcionários ficaram sem receber porque teve que fazer todas as mudanças, então tinha essa compreensão, essa convicção dentro do seu coração e isso criaria um transtorno dentro de setenta dias e queria ressaltar que o prefeito já foi punido no passado e estava sendo punido pelo tribunal, estava sendo multado e isso era difícil, não era fácil para aquele nem para ele nem para ninguém, então pedia a compreensão dos senhores vereadores eram setenta dias, passaria rápido e tinha mais aquele teria que fechar as contas do município e seria difícil para ele, não seria fácil. Ressaltou que na semana retrasada aquele fez um ofício pedindo 50 mil e ele devolveu os 50 mil para o município para fazer a folha de pagamento dos funcionários e tinha convicção que se erraram, como o vereador falou, tinha que ser humilde e pedia desculpa, mas a lei como a vereadora acabou de falar, tinha que cumprir as leis também como Prefeito tinha que cumprir, então tinha que ponderar as coisas e via nesse momento que era um fato inédito, mas votaria de consciência tranquila e via o transtorno que criaria nesses últimos setenta dias, se o Ronaldo assumisse assumiria problema, se o Ildefonso saísse sairia com problema, o Ronaldo com problema e todo mundo. Enfatizou que sabia das dificuldades então torcia para o prefeito e votaria de consciência tranquila e pedia aos demais vereadores que refletissem esses setenta dias do término do mandato e o outro que foi eleito, o Ronaldo, para ele também não seria fácil o próximo mandato, seria difícil e tinha consciência disso. Frisou que aqui tinha alguns projetos para serem aprovados como plano diretor e na semana que vem o aprovaria, tinha outro projeto sobre as receitas do município e também aprovaria e fez o que era possível, aprovaram diversos projetos nesta Casa, não travou. Disse que o que travou como falou o vereador Altino foi a falta de documento, mas foi sanada, então pediu aos companheiros que pensassem nos setenta dias que faltavam para o término do mandato, então votaria dali a pouco de consciência, mas nada impedia que falasse votava pela permanência do Prefeito Municipal. Seguiu uma salva de palmas. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou em discussão e como não houvesse mais quem quisesse se manifestasse o Presidente abriu a palavra ao denunciado ou seu procurador pelo prazo máximo de duas horas para que pudessem produzir sua defesa oral. Na sequência a palavra foi concedida ao senhor Prefeito Municipal, Ildefonso Mendes Neto que cumprimentou todos os presentes e a rádio câmara, saudou suas amigas que vieram de outras paragens e trazia esse abraço impagável e seria bem breve porque achava que estava em um tribunal político e tanto podia ser de exceção como podia ser um tribunal de justiça. Disse que a política era

mais ou menos como o futebol ou como a religião para aqueles que não tinham limites e iam aos excessos, ao radicalismo e sabia que nas paixões, nos momentos de paixões sempre a razão ficava subjugada. Ressaltou que muitos tomavam o caminho do revanchismo, da vingança, da detração esquecendo ou trocando as verdadeiras responsabilidades muitas vezes envolvendo até o nome de Deus. Enfatizou que esse não era o seu Deus, o seu Deus era de amor, o seu Deus não propunha permutas para se ter um lado, o seu Deus não carregava ódio, não se alimentava de ódio, principalmente para quem e muitas vezes tinha isso na política pessoas que foram ajudadas, resgatadas da sarjeta e depois se viravam contra odiosamente e mantinham esse ódio e não dava para entender, mas como dizia no momento de paixão, de radicalização nada se entendia, muita gente se perdia, partia para a vingança esquecendo de todos os valores, de todo respeito, enfim de toda a coisa que realmente essa sim moviam o ser humano. Disse que veio aqui, e agradeceu pela água recebida porque estava com sede, e que a sua sede maior era de justiça. Salientou que todos que acompanharam as leituras cansativas viram na defesa, nas peças lidas a insignificância e voltava a dizer que não cometeu crime de responsabilidade nenhum, pelo contrário foi bastante responsável, justificou pediu o entendimento da câmara e quando não tinha recurso para transferir em julho de 2015 pediu entendimento, em junho já tinha pedido devolução de uma quantia para ajudá-lo a cumprir as obrigações do executivo e no momento trágico do país desde 2013, 2014 se agravou muito, 2015 também e agora também estava passando e todo mundo tinha consciência da dureza do momento o país estava quebrado, acabaram com o país e as prefeituras eram as primeiras a sentir, os estados, todo mundo estava vendo os estados falidos e muitos não pagando funcionários, os governadores desesperados, os prefeitos hoje estavam em Brasília desesperados, a maioria não fecharia as contas, ficariam com um déficit e tomando multa e pagando do bolso ao tribunal de contas e sendo penalizados por terem sido honestos, por terem tido vergonha na cara e estava aqui o amigo ex-prefeito de Monteiro Lobato, Vargas, que fez uma administração linda, bonita, competente e decente, tão decente que virou o seu ídolo porque não quis ser candidato à reeleição e que ele devia ter seguido este caminho, teria evitado sofrer tanta injustiça, tanta incompreensão, tanta facada pelas costas, facadas covardes desferidas à noite na escuridão e doía muito. Disse que sofreu um período já com um afastamento injusto e voltava a dizer que se cometeu algum crime foi ter resgatado São Bento do marasmo do atraso, de ter feito aqui uma administração ou duas, estava terminando, e que pode apresentar à população mais de 120 obras que estavam aí, mais de 140 milhões em investimento numa cidadezinha pequena em oito anos e podia somar os últimos 40 anos que não dava a metade disso, esse foi o seu crime de ter feito ou pego todo esse recurso, conseguido com muita dedicação, com muita competência, modéstia à parte, sua competência administrativa de ter investido tudo e não ter pego um por cento de propina no bolso nem três, nem dois como era comum, nenhum centavo, tudo investido nas mais de 120 obras e nos mais de 140 milhões investidos e tinha mais queria deixar e aproveitar a oportunidade tinha vereadores eleitos e reeleitos aqui e estava deixando uma herança que chamava de herança bendita porque essa sim bendita. Frisou que estava deixando 26 convênios prontos assinados com recursos destinados, algumas licitações já feitas, obras iniciadas, outras em licitações e outras se iniciaram no começo do ano e esse outro prefeito que viria não pararia porque estava ganhando isso de presente 26 convênios

dados a São Bento, era um legado que estava deixando, ao contrário de muitos que não deixaram computadores só deixaram dívidas. Ressaltou que não estava deixando dívida, estava deixando déficit ou deixaria provavelmente porque 90% dos municípios do país deixariam déficit por conta da queda de arrecadação, por conta de terem quebrado, triturado o país, essa era a verdade, o resto ficavam nas picuinhas menores, o resto ficavam nos interesses não atendidos de dois ou três e que fizeram essa organização para tentar ou inventar factoides para afastar um prefeito eleito, reeleito com 60% dos votos da população sem pedir voto e queria agradecer muito. Disse que tinha consciência tranquila de que deu o máximo e que retribuiu a esses e aos que votaram contra, a toda população. Citou que foi o Emanuel Fernandes, ex-prefeito de São José dos Campos que disse que quando era eleito e quando se candidatava propunha um pacto com a população de fazer um contrato para ser um bom gerente e devolveria dali a pouco o contrato dizendo de todo coração com consciência tranquila que deu o máximo de si e conseguiu devolver sim, com muito orgulho, com consciência tranquila tanta coisa para a população em todas as áreas. Ressaltou que cumpriu o seu dever e ninguém lhe devia nada por isso, ninguém lhe devia nada por ter exercido esses mandados com ética e saíria com as mãos limpas e com a cara limpa e não era obrigação nenhuma deveria ser comum, infelizmente na vida pública não era, mas aqui deixou, isso às vezes incomodava e tinha orgulho do que fez, humildemente, um orgulho humilde, isso também incomodava as pessoas e não tinha culpa, fez tudo. Disse que manteve sempre a mesma postura e foi até acusado de falta de decoro por quem não sabia o que significava a palavra, mas tudo bem estavam aí os 26 convênios para serem acompanhados pelos vereadores, muita coisa estava acontecendo e outras se iniciariam ainda até o fim do ano, algumas, quem sabe já concluídas e outras se iniciariam no ano que vem, feliz do prefeito que viria e se não fizesse nada e não atrapalhasse já seria um mandato vitorioso. Disse que queria pontuar os vereadores, o primeiro a usar a palavra foi o Vereador Altino e queria agradecê-lo duplamente a visão dele, a postura dele, prova que foi reeleito com uma das maiores votações e sempre teve uma conduta séria, ética, acompanhava muito estava sempre pedindo para os outros, honesto o que era de se pedir nunca foi barganhar nada e queria agradecer as palavras e a postura antiga e agora e dizer ao Vereador Mateus que um dia triste e queria dizer-lhe que era um dia alegre para ele era muito alegre qualquer que fosse o resultado estava aqui podendo embora às vezes distorcido estava submetendo a uma regra democrática e por isso dizia que queria que fosse um tribunal que julgasse, mas não um tribunal de exceção que condenasse à morte muitos inocentes como houve lá em Nuremberg. Salientou que queria dizer para a vereadora Néia que ocupou a tribuna que lamentava muito que o Deus dela, aliás, dava graças a Deus do Deus dela não ser o dele, e que uma coisa levava para outro patamar um dia esperava que não fosse tão breve a ingratidão dela, covarde, doída que a resgatou de debaixo de uma cama do quarto que a mãe dela pedia a ele e não se arrependia, fez o bem para tanta gente e foi mais um para ela e se não desse emprego para ela na prefeitura ela não teria formado não seria nada. Disse que então ela foi impor para ele uma condição que queria ser primeira-dama, secretária do Social então falou para ela que precisava dela na Câmara e não era assim que lá não ia nomeando e a partir daquele momento ela virou uma inimiga detratora e continuasse assim, gente como ela queria sempre contra, queria agradecer e dizer ao vereador Formiga que entendia, às vezes os debates faziam parte às vezes alguns excessos e

aceitava. Agradecia a visão dele hoje, o reconhecimento, já estive aqui na Câmara em sessão e teve oportunidade de ver o vereador elogiando-o muito e agradecia a oposição porque às vezes era mais difícil rever a posição do que tomar, agradeceu. Ressaltou que surpreendentemente agradecia também o Paulinho Peixoto e dizer uma coisa aceitava os pedidos de desculpa e perdão pela ofensa e também dizia que ele o desculpava e o perdoava e não estava aqui e não queria levar depois do mandato ódio, vingança que nunca o moveram, nunca foi movido e se perguntassem a ele se tinha algum desafeto, algum inimigo diria que não, podia muita gente não acreditar e isso o fazia forte e isso o alimentava. Disse que aqueles que o traíam, que o ofendiam, que o apunhalavam sempre agiu dando desprezo e achava que era a melhor forma. Enfatizou que não levava mágoa nenhuma. Disse que o vereador Donati, eleito com ele em oitenta e dois juntos aqui, só que somente essa sala era a câmara, dependente, manipulada pelo Executivo e fez a criação da câmara, a independência da câmara, criou o espaço físico para a câmara que passou a ter dignidade, presença, o legislativo passou a existir depois daquela época de seu trabalho. Salientou que o Donati o sucedeu e depois ele foi presidente de novo, foram quatro anos presidente da Casa, seis anos dos dez anos de vereança, portanto pouca gente entendia mais de câmara do que ele, pouca gente respeitava e gostava mais do Legislativo do que ele que fez toda a tarefa: foi vereador, foi vice-prefeito, foi presidente de câmara, e então chegou a prefeito. Ressaltou que nunca desrespeitou o legislativo e realmente se houve problemas e dizia sempre um ditado antigo, meio gasto, mas era verdade “casa que falta pão todo mundo chora, todo mundo briga e ninguém tem razão” era só faltar um pouquinho e usaram disso alguns com má fé para criar um factóide para montar uma cassação, um afastamento de um prefeito legitimamente eleito apoiado pela população e se orgulhava de andar na rua no fim do segundo mandato, isso era difícil e se orgulhava. Disse que ficou cinco meses afastado e evitava ir para rua, não por vergonha, mas evitar de não ter o que falar para as pessoas que vinham se solidarizar com ele emocionados, abraçando, falando “como que fizeram isso?”, e então dizia que era para perguntar lá, e ainda bem. Disse que se estivesse em 27 de novembro do ano passado e tivesse uma sessão na câmara de cassação do prefeito por improbidade, que era comum por aí, que desviou, roubou, que se aproveitou do próprio povo e não, nada, podiam, já pesquisaram e não acharam, o que faria, não acharia, não acharam e quem mexeu com muito de um prefeito, bom aluno do governador que dizia que quando vinha com muita conversa, com muita agressão falava “vamos fazer uma agenda positiva, propositiva” e tocava o barco. Disse que foi pensando, sem demagogia, nos cidadãos, principalmente aqueles menos aquilhonados, os pobres, que precisavam do poder público e para isso teve uma Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social que foi uma maravilha, fez diversos cursos, a Miriam o ajudou muito aqui, teve a secretária da saúde que muita gente reclamava porque a saúde era enxugar gelo quanto mais fazia mais criava a demanda, nunca ninguém estava plenamente satisfeito, existia a demanda, existia o prazo, mas se olhassem outras cidades, outras circunstâncias por aí São Bento era referência e quem reclamasse que fosse em qualquer cidade vizinha da região, de outra região a situação estava dramática no país, via gente morrendo na maca nos corredores, então tinha uma saúde muito boa. Enfatizou que conseguiu manter quase oito anos o PA-pronto atendimento, seis médicos contratados na UBS no Centro de Saúde, implantou o PSF essa maravilha de saúde preventiva que estava indo nos bairros visitando casa a casa

levando uma saúde preventiva às pessoas, aquelas que estavam esquecidas nos grotões, como diziam os antigos políticos, tudo isso o dignificava. Salientou que esse era o seu recebimento, esse era o seu presente. Disse que era engraçado porque se satisfazia com isso, não saía por aí falando e achava que nunca falou, aliás, era muito criticado porque não divulgava, não falava o que fazia e devia fazer revista toda semana, como já fizeram aqui, mas era só um papel e as pessoas iam ver e estavam vendo em tal bairro estava fazendo, mas em outros não sabiam, também estava tendo benefícios, pavimentação em todos os bairros fez, na cidade 46 ruas, numa cidadezinha como São Bento e jogassem isso numa proporção de Pindamonhangaba que tinha 15 vezes mais habitantes ou vinte, seriam mil e poucas ruas, não existia dentro de São Bento do Sapucaí mais uma rua sem pavimentação, não tinha poeira, não tinha brejo. Disse que o esgotamento sanitário 100% , quando entrou não tinha um rio tratado hoje era uma cidade que orgulhava as infraestruturas básicas, estavam aí todos trabalhavam e nem ele acreditava que fez tudo isso uma cidade na zona urbana 300% de água coletada, tratada, entregue 300%, queria dizer 100% de esgoto tratado, água tratada, captada e entregue, isso era raríssimo no Estado de São Paulo que era referência nacional e no resto do Brasil não existia nem 10%. Disse que a educação era referência no Vale do Paraíba: primeiro lugar no Ideb no primeiro e no segundo ciclo, três escolas novas feitas e lembrava que estudou no grupo escolar que agora já era centenário era a única escola em São Bento quando nasceu e quando era menino depois por uma grata, um grato destino do destino o seu saudoso pai trouxe, construiu o ginásio estadual de São Bento, uma referência, uma oportunidade para as pessoas que saíam do grupo escolar e não tinham um futuro, paravam de estudar e seu pai trouxe o ginásio que era ginásial e depois o colegial e segundo ciclo, coube a Ele e a Deus, esse Deus do amor permitir que trouxesse três escolas novas, uma escola em tempo integral linda, uma creche pré-escola e quem não conhecia devia ir lá de primeiro mundo que fossem ver o berçário como as crianças eram tratadas, crianças pobres que entravam cedo e saíam à noite que fossem ver, só aquilo justificaria o mandato. Salientou que eram três escolas novas, unidades na saúde em diversos bairros PSF. Disse que o turismo hoje São Bento experimentava um avanço e só quem não queria enxergar, a Márcia estava aqui, tinha um turismo que saiu de 600 e poucos leitos oito anos atrás e hoje tinha mais de 1.200 leitos, uma frequência, um investimento, um plano de turismo, investimento ao acesso dos planos de turismo, tudo, toda a parafernália legislativa que precisava, ordinária para se manter estância estava completa, a câmara inclusive passou por aqui vários para se qualificar em estância porque hoje se fosse em 2008 perderiam a condição de estância, não tinha nada que mantivesse como estância e hoje foi criado agora no ano passado pelo Governador uma nova situação e existiam as estâncias que eram 70, antes eram 67 foi criado Brotas pelo esporte de aventura, Guaratinguetá pelo Frei Galvão a religiosidade, e Olímpia pelas termas, interaram 70 e foi criado uma nova configuração de 140 ou 150 estâncias de interesse turístico que seriam cadastradas, e talvez e torcia muito que Monteiro Lobato conseguisse ser uma delas, o Vargas já estava lá junto no outro mandato e acompanhou, então seriam 140 e no ano que vem ou no próximo desses 140 as três ou quatro melhores cidades que chegassem lá e ficassem melhor situadas passariam para primeira divisão e ocupariam o lugar de umas que estavam na Série A, ou seja as quatro que não fizessem a lição perderiam condição de estância e se acontecesse isso com São Bento poderia fechar as portas porque hoje o que ajudava

muito, alavancava tanta obra, tanta coisa era realmente a condição de estância climática ou estância turística, agora não existia mais Estância climática, então tudo isso estava feito, tinha tantas outras coisas e não daria tempo as duas horas seriam pouco e não ocuparia nem meia porque quando falou duas teve amigos que fez assim cara de quem estava cansado e não cansaria mais ninguém, queria agradecer a todos, principalmente os amigos e as amigas como já agradeceu o empenho, a perseguição da justiça e achava que a justiça não terminava nesse dia, a justiça estava vindo e muitos teriam oportunidade de conhecer a justiça, muitos iriam ser submeter sim, não ao Deus vingador, mas à lei da vida porque existia aquele ditado que era fatal, fundamental: quem plantava colhia, quem plantava a tempestade, quem plantava vento colhia tempestade, quem plantava amor, decência, entendimento, fraternidade recebia de volta e deixava a cada um que fizesse uma colheita e que fosse vasta porque não era Deus criado que protegia, não, existia uma lei maior, uma sinergia maior que era o Deus de todos e a Ele mais do que tudo queria agradecer, pediu a bênção ao Pai. Seguiu uma salva de palmas. Em seguida a palavra foi concedida à Dra. Vera Simonia da Silva Moraes que após cumprimentar todos os presentes disse que como advogada nomeada nos autos do processo gostaria de reiterar a defesa do advogado constituído e pedir a improcedência do pedido de cassação e em consequência o arquivamento do processo. Agradeceu. Seguiu uma salva de palmas. Na sequência o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro passou à votação nominal das infrações articuladas na denúncia e iniciaria pela Primeira Denúncia – Não repassar o duodécimo à Câmara Municipal no prazo previsto na Constituição Federal. Pediu à Relatora da Comissão Processante 01/2015, Vereadora Jizelda Rangel Alves dos Santos, para que fizesse a leitura do trecho do Parecer Final atinente à denúncia citada. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou a Primeira Denúncia em votação e procedeu o processo de votação nominal em conformidade com os artigos 289 e seguintes do Regimento Interno, bem como em conformidade com o artigo 5º, inciso VI do Decreto-Lei 201/1967, assim convidou os vereadores a responderem “sim” se favoráveis à procedência da Primeira Denúncia (não repassar o duodécimo à Câmara Municipal no prazo previsto na Constituição Federal) e “não” se contrários. Pediu ao Primeiro Secretário Interino que procedesse a chamada dos vereadores tomando nota de suas respectivas respostas. O Vereador Altino de Paula Salgado pediu questão de ordem, e disse que voltasse a pronunciar o sentido da votação porque ficou em dúvida, que repetisse, por favor. Na sequência ocorreu a votação nominal procedida pelo Vereador Mateus José da Silva, Primeiro Secretário Interino, que apregou os Vereadores em ordem alfabética e em seguida repetiu os nomes dos vereadores e seus respectivos votos. Ao final o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro apurou a reprovação da Primeira Denúncia, por seis (6) votos “não”: Vereador Altino de Paula Salgado, Vereador Jair Matias de Oliveira, Vereadora Jizelda Rangel Alves dos Santos, Vereador Mateus José da Silva, Vereador Miguel Aparecido dos Santos, Vereador Paulo Cândido Ribeiro; um (1) voto “sim”: Vereadora Juceneia Aparecida Pereira Fernandes; e duas (2) abstenções: Vereador José Donati Nunes e Vereador Ricardo Martins de Azevedo. O Vereador José Donati Nunes pediu questão de ordem e disse que não era abstenção e sim obstrução, artigo 286. Dando continuidade o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro passou à votação nominal das infrações articuladas na Segunda Denúncia – Da ausência e demora de resposta a requerimentos. Pediu à Relatora da Comissão Processante 01/2015, Vereadora Jizelda

Rangel Alves dos Santos, para que fizesse a leitura do trecho do Parecer Final atinente à denúncia citada. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou a Segunda Denúncia em votação e procedeu o processo de votação nominal em conformidade com os artigos 289 e seguintes do Regimento Interno, bem como em conformidade com o artigo 5º, inciso VI do Decreto-Lei 201/1967, assim convidou os vereadores a responderem “sim” se favoráveis à procedência da Segunda Denúncia (da ausência e demora de resposta a requerimentos) e “não” se contrários. Pediu ao Primeiro Secretário Interino que procedesse a chamada dos vereadores tomando nota de suas respectivas respostas. Na sequência ocorreu a votação nominal procedida pelo Vereador Mateus José da Silva, Primeiro Secretário Interino, que apregou os Vereadores em ordem alfabética e em seguida repetiu os nomes dos vereadores e seus respectivos votos. Ao final o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro apurou a reprovação da Segunda Denúncia, por seis (6) votos “não”: Vereador Altino de Paula Salgado, Vereador Jair Matias de Oliveira, Vereadora Jizelda Rangel Alves dos Santos, Vereador Mateus José da Silva, Vereador Miguel Aparecido dos Santos, Vereador Paulo Cândido Ribeiro; um (1) voto “sim”: Vereadora Juceneia Aparecida Pereira Fernandes; e duas (2) abstenções: Vereador José Donati Nunes e Vereador Ricardo Martins de Azevedo. Na sequência o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro passou à votação nominal das infrações articuladas na Terceira Denúncia – Modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo. Pediu à Relatora da Comissão Processante 01/2015, Vereadora Jizelda Rangel Alves dos Santos, para que fizesse a leitura do trecho do Parecer Final atinente à denúncia citada. Em seguida o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro colocou a Terceira Denúncia em votação e procedeu o processo de votação nominal em conformidade com os artigos 289 e seguintes do Regimento Interno, bem como em conformidade com o artigo 5º, inciso VI do Decreto-Lei 201/1967, assim convidou os vereadores a responderem “sim” se favoráveis à procedência da Terceira Denúncia (modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo) e “não” se contrários. Pediu ao Primeiro Secretário Interino que procedesse a chamada dos vereadores tomando nota de suas respectivas respostas. Na sequência ocorreu a votação nominal procedida pelo Vereador Mateus José da Silva, Primeiro Secretário Interino, que apregou os Vereadores em ordem alfabética e em seguida repetiu os nomes dos vereadores e seus respectivos votos. Ao final o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro apurou a reprovação da Terceira Denúncia, por nove (9) votos “não”. O Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro agradeceu a presença da Polícia Militar, a população presente, o prefeito, os ouvintes da Rádio Câmara. Proclamou que o resultado da votação foi absolutório e determinou o arquivamento do processo nos termos do artigo 5º, inciso VI do Decreto-Lei 201/1967. Não havendo mais nada a tratar o Presidente, Vereador Paulo Cândido Ribeiro encerrou a sessão proferindo: “Com as bênçãos de Deus, declaro encerrada a 6ª Sessão Extraordinária da legislatura de 2016.”. Determinou ao secretário para lavrar a presente ata, a qual, após lida e aprovada pelo Plenário, vai assinada pela Mesa Diretora.